



COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 3.443, DE 2021

Facilita a doação de percentual do Imposto de Renda da pessoa física para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

EMENDA Nº

Acrescente-se ao Projeto a alteração do art. 260-A da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente):

“Art. O art. 260-A passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 260-A.

§ 3º A opção de que trata o caput será efetuada mediante a indicação do fundo ao qual o contribuinte deseja efetuar a doação, por meio do próprio sistema da Declaração de Ajuste Anual.

§ 4º Efetuada a indicação de que trata o § 3º deste artigo e respeitado o limite previsto no inciso II do art. 260, a União efetuará o repasse do valor solicitado pelo contribuinte no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento do prazo de apresentação da Declaração de Ajuste Anual, promovendo, em relação ao contribuinte, os respectivos ajustes em seu imposto devido ou a restituir.

.....’ (NR)”

JUSTIFICAÇÃO



A presente emenda busca facilitar a realização da doação pelo contribuinte, determinando que a União, por meio da Secretaria da Receita Federal, realize os repasses aos fundos de apoio às crianças e aos adolescentes indicados pelo contribuinte. Dessa forma, elimina-se a necessidade de que o contribuinte recolha apartadamente, por meio de documento de arrecadação federal, a doação desejada.

Salientamos que não haverá qualquer prejuízo à arrecadação, mas unicamente a redução das etapas exigidas do contribuinte para a efetivação desse importante direito de cidadania.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado JOSÉ MEDEIROS

